

CONDEMAT

Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2015



Arujá



Biritiba
Mirim



Ferraz de
Vasconcelos



Guararema



Guarulhos



Itaquaquecetuba



Mogi das
Cruzes



Poá



Salesópolis



Santa
Isabel



Suzano



Superando desafios para o desenvolvimento do Alto Tietê

A busca por soluções conjuntas para o desenvolvimento de forma ordenada, com projetos que terão impacto no presente e no futuro da população, pautou as ações do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) em 2015.

Neste período, o Condemat demonstrou que está consolidado para atuar em prol de melhorias e investimentos para a região. Graças à articulação do presidente Marco Bertaiolli, prefeito de Mogi das Cruzes, autoridades do governo federal e do Estado participaram de reuniões de trabalho com os prefeitos e conheceram de perto a realidade das 11 cidades consorciadas.

De janeiro a novembro, o Conselho de Prefeitos realizou 25 reuniões ordinárias e extraordinárias para acompanhar e cobrar tanto a vinda de recursos como a realização de obras necessárias para o desenvolvimento regional.

Neste ano, os encontros passaram a contar com a participação de vereadores e deputados do Alto Tietê e a serem realizadas de forma itinerante, para integrar ainda mais as administrações municipais e estimular a participação dos prefeitos nas discussões.

Muito também foi feito por meio das câmaras do Condemat, com a promoção de debates técnicos nas áreas de cultura, desenvolvimento, promoção social, finanças, gestão ambiental, habitação, mobilidade urbana, planejamento, segurança, entre outras. Ao todo, foram realizadas 106 reuniões, considerando os encontros das câmaras técnicas e dos órgãos dos quais o Condemat faz parte, como o Comitê da Crise Hídrica e o grupo que formata o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Os trabalhos de 2015 foram finalizados com duas importantes conquistas: o início dos procedimentos para aquisição da sede própria do Condemat, em Mogi das Cruzes, e a realização do 1º Seminário de Gestão Pública do Alto Tietê, no dia 14 de dezembro.

Neste relatório, apresentamos as discussões do Conselho de Prefeitos, os trabalhos desenvolvidos nas câmaras temáticas, a participação de cada município em todas as reuniões e os resultados obtidos pelo Condemat ao longo de 2015.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ

PRESIDENTE

Marco Bertaiolli
Prefeito de Mogi das Cruzes

VICE-PRESIDENTE

Pe. Gabriel Bina
Prefeito de Santa Isabel

SECRETÁRIO-GERAL

Adriano de Toledo Leite
Prefeito de Guararema

1º TESOUREIRO

Abel Larini
Prefeito de Arujá

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Sebastião Almeida
Prefeito de Guarulhos

COMPONENTES

Carlos Alberto Taino Jr.
Prefeito de Biritiba Mirim

Acir Filló
Prefeito de Ferraz de
Vasconcelos

Mamoru Nakashima
Prefeito de Itaquaquetuba

Marcos Borges
Prefeito de Poá

Benedito Rafael da Silva
Prefeito de Salesópolis

Paulo Tokuzumi
Prefeito de Suzano

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Audrey Rodrigues
Secretário Executivo

Lícia Liberato
Assessora de Diretoria

Rodolfo Silva
Ger. de Programas

Ludmila Santos
Assessora de Comunicação

APOIO INSITUCIONAL

André Norio Hiratsuka



Municipalização da iluminação pública

Uma das primeiras ações adotadas pelo Condemat em 2015 foi discutir a transferência dos ativos para os municípios com as empresas concessionárias de energia. Nas duas primeiras reuniões extraordinárias do ano, foi decidida a elaboração de um levantamento conjunto dos ativos de iluminação pública que compõem a região do Alto Tietê, feito por técnicos da EDP Bandeirante, Elektro e técnicos das próprias prefeituras, para identificar a situação real dos sistemas elétricos das cidades. Isso porque, neste ano, os municípios assumiram o controle e os investimentos em reparos, manutenção e ampliação da iluminação pública.

Graças à articulação do Condemat, a EDP Bandeirante prorrogou o prazo para transferir o parque de iluminação pública para os municípios da região. A decisão beneficiou os municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis, Guararema, Biritiba Mirim, Poá e Itaquaquecetuba.





Enfrentando a crise hídrica

O Conselho de Prefeitos também conheceu em detalhes a estratégia e os investimentos do governo de São Paulo para enfrentar a crise hídrica em todo o Estado. Os dados foram apresentados pelo secretário estadual de Recursos Hídricos, Benedito Braga, e o superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Ricardo Borsari, durante a 6ª Reunião Extraordinária do Condemat, realizada na Escola de Governo e Gestão de Mogi das Cruzes em 2 de março.

No encontro, os prefeitos da região e seus representantes deram sugestões, esclareceram dúvidas a respeito das obras previstas pelo Governo do Estado, apresentaram a realidade de seus municípios e como cada um está lidando com a crise.

O secretário Benedito Braga apresentou as obras focadas em novos aportes para os mananciais, com transferências e reversões. Só no Sistema Alto Tietê está previsto um aumento de 7,7 a 9 m3/s.

Entre as ações que serão implementadas de 2016 a 2018 está programado o reforço para o sistema Alto Tietê com 2,8 m3/s captados no rio Itapanhaú.



Plano de Contingência

O Condemat também integra o Comitê para Gestão da Crise Hídrica – colegiado que conta com a participação dos cinco consórcios de desenvolvimento da Região Metropolitana e que foi instituído neste ano pelo governador Geraldo Alckmin para divulgar dados sobre a falta de água e debater propostas com os prefeitos do Estado.

Dessa forma, o consórcio auxiliou na formatação do Plano de Contingência para o Abastecimento de Água da Região Metropolitana de São Paulo, documento que servirá de guia para orientar os procedimentos que garantam o abastecimento da população da Região Metropolitana, tanto na situação atual quanto em eventuais crises futuras.

O plano de contingência prevê três níveis de atuação em situações de estiagem – Atenção, Alerta e Emergência –, cada uma com diretrizes e especificidades próprias. O documento também detalha as ações que devem ser adotadas por órgãos públicos municipais e estaduais, bem como entidades da sociedade civil.

Aproximação com o Ministério das Cidades

Março também foi o mês de receber o ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Na 7ª Reunião Extraordinária do Condemat, no dia 7 de março, na Escola de Governo e Gestão de Mogi das Cruzes, os prefeitos do Alto Tietê apresentaram novos projetos e pediram agilidade na liberação de recursos já conveniados entre o governo federal e seus municípios.



No encontro, solicitado pelo presidente do Condemat, Kassab colocou sua equipe à disposição para orientar as administrações municipais, acompanhar os pedidos e ajudar na liberação de verbas.

O ministro recebeu as solicitações dos 11 municípios da região e explicou aos prefeitos o funcionamento do ministério, indicando seus secretários de acordo com as áreas de atendimento da pasta (Mobilidade Urbana, Saneamento, Planejamento e Habitação).

Em um primeiro momento da reunião, Kassab examinou os projetos da região em andamento e as obras que estão sendo executadas em parceria com o Ministério das Cidades. Depois, foram propostas e discutidas novas parcerias entre governo federal e os municípios.

“Nunca tivemos uma abertura tão intensa com o Ministério das Cidades. Foi uma reunião de trabalho muito positiva, pois todos os municípios tiveram condições de falar e expor ao ministro Kassab suas necessidades, pleitos e projetos, tanto os novos quanto os que já estão em andamento”, afirmou Bertaiolli, que na ocasião também destacou a disposição de Kassab em atender e entender os problemas do Alto Tietê.

“Queremos que a relação e as parcerias entre Ministério das Cidades e os municípios sejam permanentes. Reconhecemos a importância do Alto Tietê, tanto que já temos em nossa carteira de investimentos aproximadamente R\$ 2 bilhões para a região. A partir desta reunião, vamos estabelecer uma nova carteira de investimentos”, ressaltou Kassab após o encontro com os prefeitos.



Melhorias para a infraestrutura viária

Fechando o mês de março, o Conselho de Prefeitos recebeu no dia 26, em Santa Isabel, o secretário de Logística e Transportes do Estado, Duarte Nogueira, na 3ª Reunião Ordinária do Condemat.

Além de apresentar os investimentos já feitos, os projetos em andamento e as novas obras que serão iniciadas na infraestrutura viária da região, Nogueira também ouviu as demandas das 11 prefeituras e recebeu as prioridades regionais.



O secretário fez um balanço dos investimentos realizados desde 2011 e os que devem ser concluídos nos próximos três anos. Por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a secretaria já entregou 37 obras, está com uma em andamento e prevê mais dez, o que representa um investimento de mais de R\$ 862 milhões até 2018 na região. Já por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), serão 31 obras até 2018: 23 já foram concluídas e oito estão em andamento, o que, juntas, representam um investimento de R\$ 2,82 bilhões.

Após receber os pleitos regionais levantados pela Câmara Técnica de Mobilidade Urbana do Condemat e as solicitações de cada município, Nogueira informou que a Secretaria de Logística e Transportes irá concluir os projetos em andamento e fará um estudo de viabilidade econômica e de engenharia para viabilizar os novos pedidos.

Rodoanel

Uma das maiores preocupações dos prefeitos do Alto Tietê relacionada à infraestrutura viária é a questão do passivo socioambiental e dos investimentos que as concessionárias responsáveis pelas obras devem fazer para compensar os impactos no entorno do Rodoanel.

Uma das ideias propostas por Bertaiolli foi a construção de um parque linear para transformar o espaço abaixo do Rodoanel e das alças de acesso em áreas de lazer, preservando o local e evitando invasões. Nogueira garantiu que analisará a ideia. "Vamos tomar conhecimento da proposta e verificar o que podemos fazer para ajudar as cidades. Nossa intenção é somar esforços com os municípios", salientou o secretário no dia da reunião.

Acompanhamento de projetos com a Casa Civil



O secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Edson Aparecido, se reuniu com o Conselho de Prefeitos em Guararema no dia 10 de abril, durante a 9ª Reunião Extraordinária. Ele fez um balanço das ações feitas pelo governo nos últimos quatro anos no Alto Tietê e estabeleceu uma ação de controle de todas as demandas das prefeituras por meio de reuniões periódicas com a Casa Civil, secretaria responsável por fazer a interlocução do Governo do Estado com as cidades.

Ficou definido que haverá uma reunião com o governador Geraldo Alckmin para que uma nova pauta de projetos e investimentos prioritários seja levantada para o Alto Tietê, semelhante à Agenda Metropolitana estabelecida em 2012. A reunião já foi solicitada e o Condemat aguarda a agenda do Palácio dos Bandeirantes.

Durante a reunião, o secretário estadual entregou aos prefeitos um boletim com as ações realizadas no último mandato de Alckmin, por meio das secretarias de Logística e Transportes, Casa Civil, Desenvolvimento Econômico, Governo, Educação, Turismo, Casa Militar, Transportes Metropolitanos, Segurança Pública, Pessoa com Deficiência, Saneamento, Saúde, Habitação, Justiça, Desenvolvimento Social e Agricultura.

O balanço engloba desde projetos estabelecidos na Agenda Metropolitana de 2012 até demandas individuais apresentadas pelas 11 prefeituras ao longo dos últimos quatro anos. Segundo Edson Aparecido, cerca de 80% das ações da Agenda Metropolitana foram cumpridas. “Após a finalização desta rodada de reuniões, vamos fazer uma nova agenda com o governador para que os municípios da região possam superar os desafios que terão pela frente e investir em áreas e ações prioritárias”, destacou.



Pacto hospitalar

Em maio, o Condemat propôs à Secretaria de Saúde do Estado um pacto hospitalar entre todos os serviços públicos de saúde da região. O acordo foi firmado entre os prefeitos e o secretário estadual de Saúde, David Uip, no dia 26 de maio, durante a 4ª Reunião Ordinária do Condemat.

A proposta do pacto tem como objetivo documentar e registrar a função, as especialidades oferecidas e o número de vagas disponíveis em cada hospital e unidade de saúde da região para garantir a disponibilidade necessária de leitos e consultas aos pacientes das cidades do Alto Tietê.

“Identificamos a necessidade de ter um pacto escrito, claro e transparente sobre a missão de cada unidade regional, para que o morador do Alto Tietê encontre, qualquer que seja a sua necessidade, o atendimento que precise na região. E também para que a referência de cada unidade de saúde não seja redefinida a cada mudança de diretor ou gestor”, explicou Bertaiolli.

Durante a reunião, realizada na sede da Secretaria de Saúde do Estado, a diretora do Departamento Regional de Saúde 1, Vania Tardelli, apresentou dados a respeito dos atendimentos realizados nas unidades de saúde do Alto Tietê.





A diretora também esclareceu os questionamentos levantados pela Câmara Técnica de Saúde do Condemat, que em sua primeira reunião de 2015 levantou os principais problemas regionais na área da saúde. Para que o pacto possa ser colocado em prática, foi proposta uma reunião de caráter técnico entre a equipe da secretaria estadual e os secretários municipais de saúde das 11 cidades para que as informações apresentadas pelo Estado possam ser aferidas em cada uma das unidades. A intenção, segundo Bertaiolli, é que os agentes públicos possam trabalhar com números mais precisos e, dessa forma, identificar a real necessidade de cada cidade e unidade de saúde.

O secretário David Uip afirmou que o pacto proposto é um grande avanço e que o colocaria em prática até o mês de julho. “Temos de ter um pacto também com a rapidez de decisão. Isso interessa aos prefeitos e à secretaria. Após as reuniões técnicas, vamos nos reunir novamente para avaliar o que foi feito e o que precisa ser feito”.



Regularização fundiária



As cidades da região deverão realizar, em parceria com a Secretaria de Habitação do Estado, um mutirão com foco na regularização fundiária. A medida foi acertada no dia 18 de junho, durante a 5ª Reunião Ordinária do Condemat, que contou com a participação do secretário estadual de Habitação Rodrigo Garcia.

Por meio desta parceria, as equipes técnicas das prefeituras serão capacitadas para conhecer os procedimentos estabelecidos pela

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) para orientar moradores de empreendimentos que necessitam de regularização cartorária. Dessa forma, as escrituras dos imóveis poderão ser outorgadas.

O secretário Rodrigo Garcia afirmou que a Secretaria de Habitação do Estado conta com uma equipe especializada em São Paulo que se desloca a outras cidades por meio de programas itinerantes de regularização fundiária da CDHU e do Cidade Legal.

“Nossa equipe vai com caminhões atender à população. Já os técnicos municipais são treinados para conhecer o processo de regularização fundiária. Estado e municípios trabalham juntos na execução dos levantamentos topográficos, no cadastramento das famílias. Há também o apoio aos registradores, que precisam entender que depois que o imóvel é registrado, o cartório conta com um novo cliente. Tudo isso é fundamental para o sucesso dos programas”, ressaltou Garcia.

Durante a reunião, ele também apresentou estrutura e eixos programáticos da secretaria, além de dados sobre os empreendimentos entregues e previstos no Alto Tietê. “Temos novas estruturas burocráticas. De acordo com as novas diretrizes, a CDHU atuará nas menores cidades, o Casa Paulista, com o Minha Casa Minha Vida, nas maiores cidades, e mantemos um processo permanente de diálogo e de aprovação de novos empreendimentos”.

O secretário afirmou ainda que as demandas regionais e as solicitações feitas pelos prefeitos serão analisadas para entrar no planejamento de ações no Alto Tietê, de acordo com a demanda dos municípios.



Colaboração dos municípios na área da segurança pública

O Condemat entregou ao secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, um documento com reivindicações para melhorar as ações e reforçar a colaboração entre cidades e Estado na área da segurança.



As solicitações foram oficializadas durante a 11ª Reunião Extraordinária do Condemat, no dia 25 de junho, que contou com a participação do secretário. Os pedidos têm como objetivo fortalecer a colaboração mútua na área da segurança. Todas as cidades contam com ações que contribuem com a segurança pública, entre elas o monitoramento por câmeras e as Guardas Municipais, porém as ações precisam estar integradas com as Polícias Civil e Militar.

Entre as demandas está a instalação do Núcleo de Segurança Pública Regional em uma área de 10 mil metros quadrados no distrito de Jundiapéba, em Mogi das Cruzes, que já fora ocupada pela Polícia Rodoviária. O local deve receber o 4º DP de Jundiapéba, a sede da Força Tática, que hoje se localiza no 17º Batalhão de Mogi, e a Polícia Técnico-científica, que atualmente está ao lado do 1º DP de Mogi.

Moraes aprovou a proposta e informou que já solicitou ao patrimônio do Estado a transferência da área para a Secretaria de Segurança. “A ideia da instalação do núcleo é ótima pela localização, pois também atenderá Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e demais cidades da região, e também por concentrar em um mesmo lugar órgãos policiais, o que reduz muito os custos administrativos”, ressaltou o secretário.



Os prefeitos tiveram a oportunidade de solicitar diretamente não só ao secretário, mas à equipe da Secretaria de Segurança do Estado e aos comandantes da região, ações e investimentos específicos para os seus municípios.

As demandas regionais foram traçadas conjuntamente pelos prefeitos, Câmaras Municipais e Secretarias de Segurança Pública das cidades do Alto Tietê. Além do Núcleo de Segurança, também foram solicitados apoio da secretaria para a implantação dos Conselhos Municipais de Segurança, complemento no número de policiais civis e militares, investimentos em monitoramento eletrônico, a criação de um pátio para guarda de veículos apreendidos pela Polícia Rodoviária na região e a cooperação das Polícias Militar e Civil em relação ao compartilhamento de informações com as Guardas Municipais.



Aprovação da Lei Específica do Alto Tietê

Em reunião com o Conselho de Prefeitos do Condemat, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Fernando Capez, se comprometeu em acelerar a tramitação do então Projeto de Lei 980/2015, que dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC).

O compromisso foi assumido no dia 25 de agosto, na Assembleia, durante a 7ª Reunião Ordinária do Condemat, articulada pelo presidente Marco Bertaiolli, com o apoio dos prefeitos e deputados que representam o Alto Tietê.



“A Lei Específica vai regulamentar a ocupação das Áreas de Proteção de Mananciais, permitindo às prefeituras que busquem financiamento para recuperar e fiscalizar estas regiões. Precisamos cuidar dos nossos mananciais, porém hoje o Alto Tietê, região produtora de água para a Grande São Paulo, vive uma dificuldade com as ocupações irregulares por conta de uma defasagem na legislação. De forma muito democrática, o deputado Fernando Capez recebeu nossa solicitação”, destacou Bertaiolli na ocasião.

O prefeito Benedito Rafael, de Salesópolis – município que ocupa 99% de mananciais da Bacia do Alto Tietê Cabeceiras e 1% da Bacia do Paraíba – destacou que a Lei Específica privilegia a proteção e a recuperação dos mananciais com vistas para o desenvolvimento sustentável da região.

Ele ressaltou ainda que a cidade tem seu crescimento e regularização prejudicados com a rigidez da Lei 898/1975 – que atualmente rege a ocupação do solo na região e que estabelece, por exemplo, tamanhos mínimos para lotes, dificuldades para desmembramentos e restrições para ocupações urbanas.

O projeto da Lei Específica do Alto Tietê foi elaborado de forma coletiva, com a participação de órgãos e especialistas ligados ao meio ambiente. A proposta é fundamental para embasar ações de regularização fundiária e mecanismos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável para toda a região.

Após a solicitação dos prefeitos ao presidente da Alesp, a lei foi aprovada em menos de 40 dias e sancionada pelo governador Geraldo Alckmin. Para o próximo ano, o consórcio deve trabalhar para que os decretos de regulamentação da lei sejam elaborados e publicados dentro do prazo.



Orientações do Tribunal de Contas do Estado



No dia 8 de setembro, o Conselho de Prefeitos se reuniu com a presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, Cristiana de Castro Moraes, com o objetivo de aproximar as administrações públicas do órgão fiscalizador e, dessa forma, melhorar o desenvolvimento dos trabalhos das prefeituras.

Durante a audiência os chefes do executivo apresentaram suas principais dificuldades e solicitaram a realização do ciclo de debates regionais promovido pelo TCE em uma das cidades do Alto Tietê, para que as equipes das prefeituras recebam orientações e tirem dúvidas diretamente com os técnicos do tribunal.

Bertaiolli destacou na ocasião que a crise econômica tem apresentado uma série de dificuldades no planejamento da gestão pública e as prefeituras enfrentam uma instabilidade na arrecadação, além da judicialização do executivo, principalmente na área da saúde, questões que interferem no orçamento da municipalidade. Ele também ressaltou que há uma transferência cada vez maior de responsabilidades para os municípios, porém sem uma contrapartida no aumento da receita. “Por isso é tão importante neste momento que as prefeituras se aproximem do Tribunal de Contas para buscar orientações e soluções”.

Entre os temas de maior interesse dos prefeitos da região sugeridos para o ciclo de palestras estão contratos celebrados com entidades do terceiro setor, contratos de gestão e assuntos essenciais da saúde e educação, como a compra de remédios em caráter de urgência, em virtude de ordem judicial, ou o controle de orçamento, devido à instabilidade da arrecadação.

A presidente do Tribunal de Contas, após ouvir e debater as reivindicações, se colocou à disposição dos prefeitos e se comprometeu a verificar uma data para a realização do ciclo. “Como órgão técnico, temos de seguir a lei, mas nossa intenção é orientar as prefeituras e suas equipes, pois conhecemos as dificuldades dos municípios”. Também participou da reunião o diretor de Supervisão da Fiscalização II do TCE, Alexandre Teixeira Carsola.



Investimentos na área de transportes metropolitanos

O secretário de Transportes Metropolitanos do Estado, Clodoaldo Pelissioni, apresentou ao Conselho de Prefeitos um balanço dos investimentos aplicados no Alto Tietê e destacou as próximas ações da pasta para a região durante a 13ª Reunião Extraordinária do Condemat, realizada no dia 17 de setembro, na Câmara de Itaquaquecetuba.

Até 2016, a secretaria deve concluir os projetos executivos das estações das linhas 11 e 12 da CPTM que ainda não foram reformadas. Outro projeto que será retomado é do BRT Metropolitano Alto Tietê, corredor de ônibus que atenderá Arujá, Poá, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos que tem investimento previsto de R\$ 336 milhões, mas que foi suspenso pela secretaria devido a dificuldades orçamentárias.

Para dar continuidade ao BRT Alto Tietê, Pelissioni propôs uma nova reunião com os prefeitos para apresentar e discutir o projeto executivo das obras e desapropriações, que deve ser concluído até setembro de 2016. O novo encontro com o Condemat deve ser marcado para o início de 2016. “Com a finalização do projeto, acredito que seja possível começar as obras em 2017, mas precisamos de recursos”, explicou o secretário na ocasião.

Pelissioni informou ainda que o projeto do Corredor Metropolitano Leste – solicitado pela região na Agenda Metropolitana 2012 e também conhecido como Perimetral da Copa – foi contratado e está próximo de ser concluído. Este corredor ligará a Radial Leste de São Paulo a Mogi das Cruzes, passando por Ferraz, Poá e Suzano, e poderá ser interligado com o BRT Alto Tietê.

Como este projeto também envolve questões rodoviárias, o Condemat deve agendar uma nova audiência com o secretário de Logística e Transportes do Estado, Duarte Nogueira, para tratar especificamente do assunto.

Obras da CPTM

O secretário argumentou que um dos principais objetivos da Secretaria de Transportes Metropolitanos é concluir as obras de reforma e ampliação das estações das linhas 11 e 12 da CPTM. O governo já entregou a estação de Ferraz de Vasconcelos, pretende finalizar a de Suzano no início de 2016 e começará as obras da estação Poá.

Já as estações Mogi das Cruzes, Estudantes, Itaquaquecetuba e Manoel Feio devem ter seus projetos executivos concluídos até setembro de 2016. “As obras destas estações foram pré-selecionadas no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Queremos elaborar os projetos com bastante qualidade, pois sempre que optamos por bons projetos executivos a obra ocorre mais rapidamente. Em seguida, encaminhá-los ao Ministério das Cidades no próximo ano para começar as obras até o início de 2017”, explicou.

Outra novidade prevista para 2016 é a chegada de 31 novos trens nas linhas 11 e 12. De acordo com Pelissioni, isso vai permitir à CPTM que o Expresso Leste da linha 11 siga até a estação Estudantes, eliminando a baldeação em Guaianases e reduzindo o tempo de viagem do usuário.



Já em relação ao projeto da linha 13, que ligará São Paulo ao Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, haverá uma interligação com a Estação Engenheiro Goulart, da linha 12, atendendo dessa forma a região. “A expectativa é que até 2018 os dois aeroportos estejam integrados à rede metroferroviária”.

Pelissioni informou ainda que vai estudar a viabilidade da integração tarifária, sugerida pela Câmara Técnica de Mobilidade Urbana, e que o projeto do Terminal de ônibus Sul de Suzano, que será ligado à nova estação da CPTM, será retomado “É importante concluirmos os projetos para termos condições de realizar as obras. O momento é complicado financeiramente, por isso estamos em busca de financiamentos também”.





Demandas da assistência social

O Conselho de Prefeitos recebeu no dia 24 de setembro o secretário de Desenvolvimento Social do Estado, Floriano Pesaro, para tratar das principais demandas regionais na área da assistência social. Entre as novidades anunciadas na 8ª Reunião Ordinária do Condemat, realizada em Arujá, estão a possibilidade dos municípios utilizarem até 60% dos recursos estaduais repassados para os fundos municipais para pagamento de recursos humanos e ainda a reprogramação orçamentária das verbas não utilizadas até o fim do ano.

As medidas atendem a duas solicitações da pauta levantada pela Câmara Técnica de Desenvolvimento Social do Condemat, elaborada pelos secretários e técnicos das prefeituras. Floriano Pesaro garantiu que serão avaliadas todas as demandas feitas pelos prefeitos.

“As prefeituras poderão utilizar até 60% da verba para pagamento de recursos humanos dos Cras [Centros de Referência de Assistência Social] e dos Creas [Centros de Referência Especializados de Assistência Social] e fazer a reprogramação orçamentária dos recursos que não forem utilizados até o fim do ano. A determinação do governador Geraldo Alckmin é que os recursos sejam totalmente gastos pelos municípios”, afirmou o secretário. Pesaro salientou ainda que, apesar da crise financeira, o Governo do Estado vai manter todos os repasses mês a mês e que os municípios que executarem em 2015 até 90% dos recursos de seus fundos municipais receberão um bônus em 2016 correspondente a quase o dobro dos recursos deste ano.

Em relação aos moradores em situação de rua, uma das preocupações das administrações municipais, o secretário informou sobre a possibilidade da criação de uma linha de financiamento, por meio do fundo a fundo, para financiar com apoio do governo federal os Centros Pop – centros de atendimento onde a população em situação de rua permanece durante o dia e realiza atividades lúdicas, terapêuticas e recebe alimentação e higiene.

Além de receber as demandas regionais, o secretário estadual assinou com os representantes dos municípios os convênios para o repasse do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) para os fundos municipais. Foram repassados R\$ 5,3 milhões às cidades, destinados a serviços, ações e projetos socioassistenciais diversos.





Questões ambientais



O Conselho de Prefeitos entregou no dia 14 de outubro as principais demandas regionais na área ambiental à secretária de Meio Ambiente do Estado, Patrícia Faga Iglecias Lemos. Foram tratados temas como a regulamentação da Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC), a municipalização do licenciamento ambiental e o tratamento dos resíduos sólidos nos municípios.

Patrícia Iglecias participou da 9ª Reunião Ordinária do Condemat acompanhada do diretor de Controle e Licenciamento Ambiental da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Aruntho Savastano Neto; do coordenador de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, Eduardo Trani; do assessor parlamentar da pasta, Ricardo Montoro; e do gerente regional da Cetesb de Mogi das Cruzes, Edson Santos.

A secretária fez uma breve apresentação dos projetos de sua pasta e das diretrizes de trabalho que abarcam os programas da secretaria estadual, entre eles conservação ambiental e restauração ecológica; redução da pegada ambiental, que envolve produção, consumo sustentável e gestão de resíduos; vulnerabilidade ambiental e mudanças climáticas; e licenciamento ambiental.

Também citou o Programa Nascentes, iniciativa que mantém e recupera a vegetação localizada às margens de rios, córregos e represas – o governador Geraldo Alckmin esteve em Salesópolis, na Barragem do Rio Paraitinga, no dia 22 de outubro para o plantio de mudas nativas com o objetivo de melhorar a qualidade e a quantidade da água do sistema produtor.

Já sobre o licenciamento ambiental, a secretária destacou os desafios da municipalização do serviço, principalmente em relação à capacitação dos técnicos das prefeituras, e propôs que a Cetesb ofereça um curso específico para a formação da equipe dos municípios. Para solucionar a questão, ficou acordado o



agendamento de uma reunião com os secretários municipais de Meio Ambiente do Alto Tietê na sede da secretaria. “O ponto fundamental é que tenhamos um licenciamento mais eficaz, considerando proteção ambiental, atividades econômicas e os prazos para as licenças. Estamos à disposição para discutir com as prefeituras a melhor forma de agilizar a municipalização do serviço”, destacou Patrícia na reunião.

Demandas regionais

Também foi entregue o ofício com as demandas regionais do segmento, elaboradas conjuntamente entre as Câmaras Técnicas de Gestão Ambiental e Legislativa do Condemat. Um dos pontos abordados no documento é a necessidade de agilizar a elaboração do decreto de regulamentação da Lei Específica do Alto Tietê Cabeceiras, sancionada no dia 2 de outubro de 2015.

A minuta do decreto está sendo elaborada pela Câmara Técnica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Segundo a secretária, o prazo para a regulamentação é 30 de março de 2016, porém a secretaria está comprometida em acelerar o processo. Sobre a questão do passivo socioambiental das obras do trecho leste do Rodoanel de responsabilidade da SPMar, Patrícia informou que a secretaria está fazendo pressão, com apoio da Secretaria de Governo do Estado, para que a empresa cumpra as medidas reparatórias, mitigatórias e compensatórias.

Outro tema de preocupação dos municípios é a questão da gestão dos resíduos sólidos. Na reunião, Bertaiolli falou sobre o modelo de usina de biomassa que conheceu na Espanha e que reduz em cinco vezes o volume do lixo. “Precisamos reutilizar, reaproveitar e reciclar mais e os municípios unidos precisam encontrar uma solução para tratar o que restou e não pode ser reaproveitado”

Já a secretária destacou a logística reversa. Por meio dela, os municípios ficam responsáveis pela coleta do lixo, porém a destinação final de itens como embalagens passa a ser uma responsabilidade dos fabricantes. “A Secretaria de Meio Ambiente do Estado publicou uma nova resolução que vincula as renovações das licenças de operação à logística reversa. A ideia é separar o papel dos municípios, que está na lei de saneamento e que envolve a coleta dos resíduos, da destinação final, que é papel dos fabricantes”.



Primeiros passos para a sede própria

O Condemat iniciou no dia 26 de novembro, durante a 10ª Reunião Ordinária de 2015, os procedimentos para a aquisição de um imóvel para instalação de sua sede própria. O Conselho de Prefeitos tratou ainda de assuntos administrativos e financeiros. A reunião foi realizada no município de Ferraz de Vasconcelos.

Foi adquirida uma sala, escolhida pelos prefeitos da região, de 150 metros quadrados no edifício Helbor Concept Corporate, em Mogi das Cruzes, que será a sede própria do Condemat.



“Buscamos um local que oferecesse segurança, estacionamento e um ambiente adequado para as reuniões administrativas do Condemat. Após todas as avaliações, optamos por este imóvel que, além de boa estrutura, localização estratégica e um heliponto, também possui um valor de compra abaixo da média de mercado. Foi uma excelente escolha em termos de instalações e economia”, explicou o presidente do Condemat na ocasião.

Concurso Público

No segundo semestre de 2015, o Condemat realizou o concurso público para o preenchimento dos cargos de assessor técnico especial – advogado, secretário(a) e auxiliar de serviços de gerais. Ao todo, 227 pessoas se inscreveram para participar do processo de seleção. A previsão é de que os candidatos aprovados sejam chamados já em 2016.

Para cada cargo, foi oferecida uma vaga, com salários que variam de R\$ 815 a R\$ 2.910. Para a vaga de advogado, com carga horária semanal de 20 horas, foi exigido do candidato ensino superior completo e registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para o cargo de secretário(a), com carga horária de 40 horas semanais, é necessário ter ensino médio completo e, para a vaga de auxiliar de serviços gerais, com carga horária semanal de 40 horas, foi exigido ensino fundamental completo.



Seminário de Gestão Pública



Finalizando os trabalhos do ano, o Condemat realizou no dia 14 de dezembro o 1º Seminário de Gestão Pública da região com a presença de autoridades importantes do país e do Estado. Cerca de 400 pessoas – entre prefeitos, vereadores, secretários e servidores de 44 municípios – participaram do evento, organizado com apoio do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap), no Centro Municipal de Formação Pedagógica (Cemforpe), em Mogi das Cruzes.

A abertura do evento contou a presença do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), e do conselheiro Dimas Ramalho, presidente eleito do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Também fizeram parte da mesa de abertura o presidente do Codivap, prefeito de São Sebastião Ernane Billote Primazzi, o vice-prefeito de Mogi das Cruzes, José Antonio Cuco Pereira, e o presidente da Câmara de Mogi das Cruzes, Antonio Lino da Silva.

Governança e capacitação

Augusto Nardes, primeiro palestrante do evento, falou sobre a contribuição do TCU para melhorar a governança dos entes públicos e mostrou boas práticas que podem ser aplicadas para aprimorar a gestão dos municípios.

O ministro destacou ainda a integração e a cooperação entre as cidades da região, por meio do Condemat, para que os municípios tenham o melhor resultado do trabalho público.





“A iniciativa dos prefeitos de trabalharem em conjunto, como aqui na região do Alto Tietê, é muito positiva. Aliás, o Brasil deveria fazer mais isso, pois a governança pública também é integração. Trabalhando em conjunto, os municípios estabelecem o melhor produto para a sociedade, seja na educação, na saúde”.

Já Dimas Ramalho falou sobre a análise das contas públicas pelo tribunal estadual durante o último ano de mandato dos prefeitos. Ele garantiu que a região receberá o ciclo de debates regionais promovido pelo TCE para orientar prefeitos e técnicos das municipalidades.

“Queremos ensinar para que não ocorram erros nas prestações de contas. Por isso o tribunal hoje tem feito análises concomitantes e palestras de orientação. E a região tem mostrado que está disposta a se aproximar e se capacitar”, informou Ramalho, parabenizando a iniciativa do consórcio em promover o seminário.



Legislação

No período da tarde, o seminário reuniu especialistas do Direito para que o público pudesse conhecer detalhes de dispositivos legais que regulam a conduta dos gestores públicos em período eleitoral, responsabilidade fiscal e aspectos ligados à prestação de contas. Esta capacitação serviu como uma preparação para o próximo ano de eleição.

O advogado Igor Tamasauskas, mestrando em Direito do Estado, falou sobre a Lei Anticorrupção e Improbidade Administrativa. Já o advogado Ricardo Vita Porto, especialista em Direito Eleitoral, tratou dos aspectos eleitorais quem devem ser observados em final de mandato.

O Código Eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal foram tema da palestra do advogado Francisco Antonio Miranda Rodrigues, especialista em Direito Administrativo. Já o especialista em Direito Municipal Marcelo Palavéri expôs os principais motivos de rejeição no julgamento de contas pelo Tribunal de Contas.



Questões orçamentárias

O secretário da Fazenda do Estado, Renato Villela, encerrou o 1º Seminário de Gestão Pública do Condemat com previsões orçamentárias para o ano de 2016.

Villela iniciou sua apresentação com números sobre o impacto na realidade orçamentária de São Paulo, devido à redução da atividade econômica ao longo deste ano. Em seguida, o secretário demonstrou os ajustes que foram feitos no início de 2015, entre eles o contingenciamento no orçamento, e destacou o conjunto de medidas aplicadas no último trimestre para garantir uma melhor arrecadação para 2016. Entre as medidas, Villela falou sobre o aumento da alíquota de produtos supérfluos e a criação de um fundo estadual de combate à pobreza, que destinará R\$ 500 milhões aos municípios.

“O próximo ano será tão difícil para os municípios quanto para o Estado. Por isso é importante estreitarmos os laços em busca de soluções conjuntas. Os prefeitos que precisarem melhorar a capacidade de enfrentamento da crise econômica em 2016 podem contar com a Secretaria da Fazenda para discutir e encontrar saídas”, finalizou Villela.





Câmaras Técnicas do Condemat

O Condemat conta com grupos de trabalho para discutir questões técnicas de diversas áreas relacionadas à gestão dos municípios desde 2011. Com a Agenda Metropolitana de 2012, a ação destas câmaras técnicas se consolidou e novos grupos temáticos foram formados. Atualmente, o consórcio possui 12 câmaras técnicas.

As câmaras são compostas por secretários e técnicos que representam cada uma das 11 municipalidades e se reúnem em média uma vez por mês para trocar experiências positivas e formatar ações para o desenvolvimento da região em diversos segmentos.

Neste ano, o presidente do Condemat, prefeito de Mogi das Cruzes Marco Bertaiolli, criou seis novas câmaras: Desenvolvimento Comercial, Desenvolvimento Social, Planejamento Urbano, Finanças, Legislativa e Habitação.

Além de aperfeiçoar o trabalho dos secretários da região, fomentando a troca de informações e iniciativas entre os municípios e potencializando a busca de soluções de forma coletiva, os grupos de trabalho também auxiliam o Conselho de Prefeitos no levantamento das principais demandas que serão discutidas com as autoridades do governo federal e do Estado.

Câmara Técnica de Cultura

Em 2015, a Câmara Técnica de Cultura avançou as discussões sobre a proposta de intercâmbio das produções culturais da região e conheceu projetos importantes do Ministério da Cultura (MinC).

Por meio do intercâmbio, a proposta é que cada município da região coloque à disposição espaços para receber projetos ou atrações de outras cidades e indique artistas e atrações da sua localidade para se apresentar nos municípios da região. Para fomentar este intercâmbio cultural, a câmara discutiu formas de buscar investimentos por meio de programas de incentivo, como o Proac – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, e

Coordenador: Mateus Sartori, secretário de Cultura de Mogi das Cruzes

Reuniões realizadas em 2015: 4



emendas parlamentares dos deputados da região.

Outro debate importante foi a respeito da Lei Federal Cultura Viva (13.018/14). A câmara técnica recebeu em maio Valério da Costa Bemfica, então chefe da Representação Regional de São Paulo do Ministério da Cultura, que esclareceu as mudanças estabelecidas na rede de gestão cultural dos Pontos e Pontões de Cultura com a regulamentação da lei em abril. Em agosto, os secretários e diretores de Cultura da região receberam Tassia Toffoli, servidora que atua na Representação Regional de São Paulo do MinC, que apresentou ao grupo de trabalho três editais: Cultura de Redes, Pontos de Mídia Livre e Pontos de Cultura Indígena. Os três editais





pretendem fomentar ações de entidades culturais, coletivos ou Pontos de Cultura de todo o país.

Câmara Técnica de Políticas Públicas para

*Coordenadora: Valda Terezinha Rocha,
assessora da Secretaria da Mulher de
Poá*

Reuniões realizadas em 2015: 10

Mulheres

As principais discussões da Câmara Técnica de Políticas Públicas para Mulheres em 2015 foram a formatação do Projeto de Casa Abrigo Regional e a organização de um ciclo de eventos para marcar na região o aniversário de 9 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), sancionada em 7 de agosto de 2006.



Sobre a Casa Abrigo Regional, a câmara técnica fez um diagnóstico preliminar sobre as ações de proteção à mulher e demandas da região. Este mapeamento dará base para o projeto de criação e gestão do equipamento.

Já a abertura dos eventos em comemoração ao aniversário da Lei Maria da Penha aconteceu no dia 7 de agosto, com a palestra “A eficácia da Lei Maria da Penha e mecanismos no enfrentamento à violência doméstica”, realizado na Casa do Advogado de Suzano, em parceria com a Comissão da Mulher Advogada e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Suzano. Participaram do evento as doutoras Erica Marcelina Cruz, juíza da 1ª Vara Criminal de Suzano; Maria Gabriela Manssur, promotora pública de Taboão da Serra; Silmara Marcelino, delegada titular da Delegacia de Defesa da Mulher de Suzano; e Maria Margarida Mesquita, presidente da Comissão da Mulher Advogada de Suzano.

No dia 20 de agosto, a câmara fez uma visita técnica à Casa das Rosas, Margaridas e Beths de Guarulhos. O equipamento funciona como o Centro de Referência às Mulheres em situação de Violência Doméstica do município e conta com estrutura para prestar acolhimento psicossocial e orientação jurídica a mulheres de 18 a 60 anos.

No dia 26, o grupo organizou palestra sobre a Patrulha Maria da Penha – grupo de policiamento com treinamento específico para fiscalizar o cumprimento das medidas determinadas pelo Poder Judiciário para proteger mulheres vítimas de violência doméstica – na Câmara Municipal de Itaquaquecetuba. Já no dia 28, a coordenadora da Mulher de São José dos Campos, Marcela Andrade, deu uma palestra no Centro Cultural “Nelson da Silva Braga”, em Guararema.

Câmara Técnica de Gestão Ambiental

Coordenador: André Saraiva, secretário de Meio Ambiente de Mogi das Cruzes

Criado como Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, a Câmara Técnica de Gestão Ambiental se reúne não só para discutir o manejo adequado dos resíduos produzidos nas cidades da região, mas também para compartilhar

demandas e buscar soluções relacionadas ao gerenciamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA) e dos recursos hídricos, o impacto de grandes obras e o repasse de compensações ambientais para o Alto Tietê, a aplicação de leis específicas e a implantação de políticas e diretrizes de proteção do meio ambiente, entre outros assuntos.

Reuniões realizadas em 2015: 10

Por isso, no 1º semestre de 2015, o grupo de trabalho mudou sua denominação para poder tratar de temas mais amplos de forma integrada e, dessa forma, ganhar força e ampliar a interlocução com os órgãos do Estado e do governo federal.

Entre os assuntos mais importantes definidos para a pauta de discussão de 2015 estão tópicos como logística reversa, acordos setoriais, resíduos da construção civil e remanejamento de recicláveis entre municípios. No primeiro semestre, a câmara já determinou a definição de uma estratégia para a consolidação de um sistema compartilhado de gerenciamento de resíduos da construção civil e de pneus, uma vez que a destinação destes tipos de materiais está entre as principais dificuldades das cidades da região. A intenção é fazer um projeto para a instalação de uma central de resíduos ou usina de reciclagem regional.

Para ajudar na elaboração do projeto, a câmara conheceu em março, por meio de uma apresentação





multimídia, o trabalho do núcleo industrial Eco Town, em Toyama, no Japão, que aproveita todo tipo de resíduos sólidos para incineração ou geração de outros produtos.

Em abril, recebeu o secretário executivo da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), Marcelo Pricoli, que explicou como funciona o trabalho da Reciclanip – entidade voltada para a coleta e destinação de pneus inservíveis, criada pelas fabricantes Bridgestone, Goodyear, Michelin, Pirelli, Continental e Dunlop.

Em municípios parceiros, a Reciclanip recolhe os pneus inservíveis de pontos de coleta específicos e faz a destinação considerada ambientalmente correta segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A solução para os pneus inservíveis é muito importante, pois além de ser fundamental para a estruturação da cadeia de logística reversa nas cidades da região, também esbarra em questões de saúde pública, já que este passivo ambiental, quando não é devidamente descartado, pode se tornar criadouro do mosquito transmissor da dengue.

Já em maio, os membros da câmara técnica fizeram uma visita técnica na Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A (Proguaru). O local faz o beneficiamento de 100% da parte mineral dos entulhos, produzindo agregados reciclados como areia reciclada, pedrisco, rachãozinho e bica corrida.

Durante a visita, a Câmara de Gestão Ambiental conheceu os equipamentos utilizados para o processamento dos entulhos; os tipos de resíduos, beneficiamentos e agregados produzidos; e a capacidade da estrutura. O grupo de trabalho também pode tirar dúvidas a respeito de legislação, logística, organização dos processos e como viabilizar este tipo de usina para as cidades do Alto Tietê.

Além das discussões e visitas técnicas, o grupo do Condemat pretende definir um planejamento para a captação de recursos junto aos governos estadual e federal e para a busca de consultorias que possam auxiliar na implantação e no gerenciamento da usina regional.

Em julho, a câmara técnica recebeu os técnicos José Ricardo Lopes e Silvia Ortiz Amaral Carpinelli, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, para tirar dúvidas a respeito do programa Município VerdeAzul. O objetivo do encontro foi orientar os secretários e diretores de Meio Ambiente da região em relação à entrega de informações e documentação solicitadas pelo programa. O Município VerdeAzul conta com dez diretivas para que as cidades desenvolvam e apliquem a gestão pública ambiental.

Por meio dessas diretivas, a secretaria estadual pontua as cidades e estabelece um ranking dos municípios participantes. No entanto, muitas prefeituras relatam dificuldades em conquistar uma boa pontuação, seja pelas características de sua cidade ou por falta de orientação em relação à forma como os questionários e as ações desenvolvidas na cidade devem ser apresentados.

Para sanar todas as dúvidas, Lopes apresentou cada uma das diretivas – esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental – explicando ponto a ponto como os municípios podem atendê-las. Os membros da câmara aproveitaram para solicitar adequações nas diretrizes do programa, de acordo com o cenário de cada cidade, para que o sistema de pontuação seja mais justo.

Em setembro, o grupo de gestão ambiental fez o levantamento das demandas regionais que foram apresentadas à secretária de Meio Ambiente do Estado, Patrícia Iglecias, durante reunião Com o Conselho de Prefeitos.



Uma das prioridades levantadas foi o pedido de revisão da Deliberação 01/2014 do Conselho Estadual de Meio Ambiental (Consema), que regulamenta a municipalização do licenciamento ambiental. Segundo a câmara técnica, a norma exige a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental para atividades essenciais, emergências e cotidianas das prefeituras, além de inviabilizar o acesso a recursos e financiamentos dos governos estadual e federal nas cidades que ainda não municipalizaram o licenciamento.

Ainda em relação ao licenciamento ambiental, a câmara técnica sugeriu que a municipalização do serviço aconteça por meio de uma cooperação técnica, já que algumas prefeituras da região têm interesse na municipalização, porém não contam com equipe e estrutura necessárias para isso.

Outra demanda sugerida pelo grupo de trabalho foi apresentar à secretária a situação das obras do Rodoanel na região. Os secretários e diretores de Meio Ambiente destacaram a necessidade de buscar apoio do Governo do Estado para cobrar da SPMar as medidas reparatórias, mitigatórias e compensatórias em relação ao passivo socioambiental das obras.

Por fim, a câmara técnica sugeriu que os prefeitos solicitem à Patrícia Iglecias agilidade na elaboração dos decretos de regulamentação da Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC).

Ficou estabelecido ainda que a câmara técnica vai marcar uma reunião com os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado para que os representantes das prefeituras possam buscar soluções para outros temas ambientais, além da questão do licenciamento.



Câmara Técnica de Finanças



O grupo de trabalho foi criado neste ano para que os secretários de Finanças da região possam trocar experiências e soluções ligadas ao controle e à movimentação dos recursos financeiros dos municípios.

Os membros da câmara conheceram detalhes do Programa Interno de Redução de Despesas Continuadas, elaborado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura de Mogi das Cruzes, e deram início a um debate sobre ações para economizar recursos ou ampliar a arrecadação.

Em Mogi das Cruzes, foram adotadas 50 medidas que já garantiram economia de 30% em gastos com energia elétrica, água, telefonia, horas extras, combustível e materiais de consumo.

O município também adotou ações com foco no incremento da arrecadação, entre elas a aplicação da inteligência fiscal para aumentar a arrecadação do ISS por meio do cruzamento de informações em relação às declarações dos prestadores e tomadores de serviços; aumento da fiscalização de atividades com maior potencial arrecadatório; e ainda a revisão de aplicações do município.

Em junho, a câmara técnica recebeu Marcos Regueiro, secretário de Gestão de Mogi das Cruzes, que apresentou algumas práticas adotadas no município mogiano em relação

*Coordenador: Robson Senziali,
secretário de Finanças de Mogi das
Cruzes*

Reuniões realizadas em 2015: 9



às licitações públicas: procedimentos preliminares, pesquisa de preços, habilitação e qualificação das empresas participantes para que os processos licitatórios e os contratos da municipalidade estejam de acordo com as determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O secretário falou ainda sobre a jurisprudência do tribunal e debateu com os membros da câmara técnica súmulas e pontos de leis específicas, como a lei federal 8.666/93, que trata das normas para licitações e contratos.

Nos meses de julho e agosto, a Câmara Técnica de Finanças iniciou a apresentação do balanço de arrecadação do primeiro semestre de 2015. Os representantes dos municípios apresentaram dados referentes à arrecadação ao longo dos seis primeiros meses do ano para traçar cenários em relação ao semestre seguinte.

No mês de setembro o consultor Carlos Kerbes, professor da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace) da Universidade de São Paulo (USP) se reuniu com a câmara técnica para mostrar como funciona a securitização da dívida ativa dos municípios.

A securitização é uma medida econômica que antecipa a receita de recebíveis (dívidas inadimplidas provenientes, por exemplo, de créditos tributários) a partir da negociação de títulos lastreados no mercado de capitais. O consultor explicou que esta é uma maneira rápida de renegociar a dívida ativa, antecipar dinheiro em caixa e viabilizar investimentos. Dessa forma, os municípios podem receber mais rapidamente, com ajuda de instituições privadas, o que seria recebido ao longo do tempo.

Já em dezembro, o grupo de trabalho recebeu o coordenador de projetos da Fundação Brava, Henrique Krigner, para conhecer detalhes do Portal Meu Município. Desenvolvido pela Fundação Brava em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), o Portal Meu Município coloca à disposição dados sobre as finanças dos municípios brasileiros – entre eles receita, despesa, nível de investimento e endividamento, entre outros – para consulta aberta e interativa voltada para gestores públicos e o cidadão. As cidades da região foram convidadas para contribuir com a versão 2.0 do site, que será lançada em 2016.

Krigner explicou que, por meio do site, é possível fazer uma análise da série histórica dos municípios, comparações de dados financeiros entre cidades e verificar indicadores gerenciais. Porém, a partir do lançamento da versão 2.0, a plataforma contará também com uma área restrita dedicada ao gestor público, uma biblioteca de estudo sobre finanças municipais e indicadores mais detalhados, entre outras novidades.



Câmara Técnica de Mobilidade Urbana



A Câmara Técnica de Mobilidade Urbana iniciou os trabalhos de 2015 traçando as prioridades regionais relacionadas à infraestrutura – que foram entregues ao secretário de Logística e Transportes do Estado, Duarte Nogueira, durante a 3ª Reunião Ordinária do Condemat.

*Coordenador: Nobuo Aoki Xiol,
secretário de Transportes de Mogi das
Cruzes*

Reuniões realizadas em 2015: 8

Entre as solicitações levantadas está a retomada das obras viárias de continuação da Radial Leste, para interligar os municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá e Ferraz de Vasconcelos à zona leste de São Paulo. Entre estas obras, inseridas na Agenda Metropolitana do Alto Tietê e orçadas em R\$ 90 milhões, estão o alargamento de vias como a avenida Jorge Bey Maluf em Suzano e a construção de novos trechos como a continuação da avenida Guilherme Giorgi, em Mogi. Esta ligação viária é importante por ser uma alternativa à rodovia SP-66, que corta trechos urbanos de Ferraz, Itaquá, Poá, Suzano e Mogi e já está saturada.

A pavimentação da Estrada da Volta Fria ligando a Via Perimetral à Guilherme Giorgi, em Mogi das Cruzes, também é uma das prioridades da região. Isso porque a obra complementa a interligação, não só de Mogi, mas de Guararema, Biritiba Mirim e Salesópolis aos demais municípios do Alto Tietê e ao acesso ao Rodoanel pela SP-66.

Outros pedidos foram a duplicação da Estrada Governador Mario Covas nos trechos de Itaquá, Suzano e Poá, entre as ligações das rodovias SP-70 e SP-66 e a construção de um viaduto na SP-66, no entroncamento com a Estrada Padre Eustáquio, na rotatória em Poá.



A câmara técnica também conheceu um sistema digital com capacidade para integrar os estacionamentos rotativos das cidades da região apresentado por representantes da Cermob, empresa de base tecnológica focada em produtos de segurança e mobilidade. O serviço digital apresentado faz a comercialização dos créditos para a utilização das vagas por meio de um aplicativo para celular ou ainda em comércios credenciados, eliminando a folhinha de papel.

Em maio, a câmara técnica se reuniu com o presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Paulo de Magalhães Bento Gonçalves, e com o diretor de Planejamento da CPTM, Silvestre Ribeiro, para acompanhar as principais demandas em relação ao transporte sobre trilhos na região.

O grupo de trabalho solicitou os projetos que serão desenvolvidos pela CPTM na região em curto (até 2016), médio (em 10 anos) e longo (em 20 anos) prazo, além do histórico da demanda das estações. Estes dados são importantes para que os municípios possam fazer ou revisar seus planos de mobilidade urbana.

Os membros da câmara técnica também cobraram a integração entre os trens da CPTM e os ônibus urbanos municipais e intermunicipais. Para tratar do tema, será agendada uma reunião, coordenada pela Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado, com representantes do grupo de trabalho do Condemat, da CPTM e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU).

No fim do semestre, o grupo de trabalho visitou a sede do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região (Setcesp), em São Paulo, para tratar de questões relacionadas ao transporte de cargas nas cidades da região. Os representantes dos municípios colheram mais informações sobre horários de circulação de veículos, infraestrutura das vias para o tráfego de caminhões, entre outros pontos importantes, que poderão ser úteis para o plano de mobilidade das cidades.

Em setembro, o grupo de trabalho levantou as principais demandas regionais no setor de transportes metropolitanos. Os itens foram apresentados ao Conselho de Prefeitos como uma sugestão de pauta para a reunião com o secretário estadual Clodoaldo Pelissioni, realizada em 17 de setembro.

O primeiro item sugerido dispõe sobre o corredor metropolitano que interliga Mogi das Cruzes, Suzano, Poá e Ferraz de Vasconcelos à zona leste de São Paulo. O objetivo foi solicitar a retomada das obras viárias de continuação da Radial Leste, como o alargamento da avenida Jorge Bey Maluf, em Suzano, e a construção de novos trechos, entre eles a continuação da avenida Guilherme Giorgi, em Mogi.

Segundo os secretários e técnicos que compõem a câmara técnica, este corredor metropolitano é uma ligação viária de grande representatividade para a mobilidade das cidades por ser utilizado pelo transporte coletivo e atuar como alternativa à rodovia SP-66, que corta trechos urbanos de Ferraz, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano e Mogi já saturados.

O segundo item tratou sobre o BRT Metropolitano Alto Tietê, corredor que atenderá Arujá, Poá, Itaquá e Ferraz, quando as obras de construção e readequação de vias e terminais serão iniciadas e como funcionará o processo de desapropriações.

O terceiro item foi o reforço do pedido de abrigos de ônibus para a região. Os municípios já fizeram estudos para a instalação dos abrigos, mas ainda aguardam retorno da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). O quarto e último ponto tratou da integração tarifária entre os trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e os ônibus urbanos municipais, porém nas mesmas condições da integração com a EMTU.



Para 2016, a câmara técnica pretende solicitar reuniões com órgãos do Governo do Estado, tais como a Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER), ligado à Secretaria de Logística e Transportes, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a concessionária Ecopistas, para tratar de assuntos operacionais dos municípios.



Câmara Técnica Legislativa



O grupo, criando em março e composto pelos 11 representantes das Câmaras Municipais da região, debate as principais necessidades de cada cidade para auxiliar na definição das pautas e reivindicações do Conselho de Prefeitos.

A medida inédita de alinhar a força política do legislativo às discussões do consórcio foi proposta pelo presidente do Condemat, Marco Bertaioli.

Em seu primeiro encontro, os presidentes de câmaras discutiram soluções para as áreas da segurança na região e também debateram ações para solucionar o abandono das áreas próximas às alças de acesso ao Rodoanel.

Em maio, os representantes do legislativo regional se reuniram com o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Antonio Donato, para pedir apoio para buscar informações e discutir as propostas que tratam da reforma política e que poderão afetar diretamente os municípios.

Outra frente de atuação da Câmara Técnica Legislativa foi na contribuição da pauta de reivindicações dos prefeitos para as reuniões com os secretários estaduais David Uip, de Saúde, Alexandre de Moraes, de Segurança Pública, Clodoaldo Pelissioni, de Transportes Metropolitanos, Floriano Pesaro, de Desenvolvimento Social, Patrícia Iglecias, de Meio Ambiente, e também com a presidente do Tribunal de Contas do Estado, Cristiana de Castro Moraes.

Coordenador: Mário Massayoshi Kawashima, o Mário Sumirê, presidente da Câmara de Poá

Reuniões realizadas em 2015: 9



Câmara Técnica de Desenvolvimento Comercial



Câmara composta pelos presidentes de Associações Comerciais do Alto Tietê, criada em 2015 com foco no desenvolvimento comercial da região. Isso porque o comércio, as indústrias, serviços e o agronegócio servem como termômetro da economia.

O grupo de trabalho pretende discutir o planejamento regional, questões ligadas ao produtor rural, queda da receita dos comércios, preocupação com a falta d'água e ações pontuais nos municípios.

Coordenador: Marcus Melo

Reuniões realizadas em 2015: 1

Câmara Técnica de Saúde

A Câmara Técnica de Saúde definiu a pré-pauta de demandas regionais que foram apresentadas ao secretário estadual de Saúde, David Uip, na reunião com o Conselho de Prefeitos de maio. As demandas foram levantadas pelos secretários e diretores de saúde dos 11 municípios da região, com base nas dificuldades de cada cidade.

*Coordenador: Marcello Cusatis,
secretário de Saúde de Mogi das Cruzes*

Reuniões realizadas em 2015: 4

Em julho, a câmara voltou a se reunir para reiterar o pedido do pacto hospitalar e das principais demandas regionais à Secretaria de Saúde do Estado. No ofício, o colegiado solicita que seja marcada o quanto antes a reunião de caráter técnico entre a equipe da secretaria estadual e os secretários municipais da região, prometida em junho no encontro do Conselho de Prefeitos com o secretário David Uip.

Também foi sugerida uma solução para a falta de vagas no setor de nefrologia na região. A proposta é que a Secretaria de Saúde do Estado faça um complemento para as clínicas de nefrologia que contarem com nível de excelência, certificadas com selo de qualidade. Os secretários municipais acreditam que a medida estimularia os prestadores do serviço na região a abrir mais um turno de atendimento. Dessa forma, os pacientes do Alto Tietê fariam hemodiálise próximos de suas cidades.

No documento que será enviado à Secretaria de Saúde do Estado também serão solicitadas informações sobre os serviços e leitos do Hospital Doutor Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, em Mogi das Cruzes, oferecidos a pacientes da região – já que esta unidade é referência em todo o Estado, e não somente no Alto Tietê – e esclarecimentos sobre o corte do Piso de Atenção Básica (PAB) aos municípios, anunciado pelo secretário-adjunto Wilson Pollara na última reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).





Demandas regionais definidas pela Câmara Técnica de Saúde

- 1. Ortopedia:** mais atendimentos em relação aos casos de média e alta complexidade e urgências ortopédicas, cirurgias com órtese e prótese e neurocirurgias (principalmente cirurgias de coluna).
- 2. Hospital Stella Maris:** auxílio para o Hospital Stella Maris, em Guarulhos, para potencializar as cirurgias cardíacas e a cardiologia intervencionista da unidade; abrir o serviço de hemodiálise para a região e destinar 30 leitos para apoio a outras unidades hospitalares.
- 3. Santa Casa de Santa Isabel:** credenciamento da unidade para sua classificação no plano de reestruturação da atenção hospitalar regional – Projeto Rede de Hospitais Santa Casa Sustentáveis.
- 4. Nefrologia:** previsão sobre o início do atendimento de hemodiálise no Hospital Santa Marcelina, em Itaquaquecetuba. Solicitar ao Cross que priorize pacientes da região conforme proximidade com as unidades de hemodiálise.
- 5. Psiquiatria:** reabertura das 11 vagas/leitos para internação psiquiátrica do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos e consultas regionais para psiquiatria no Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Mogi das Cruzes ou no Hospital Luzia de Pinho Melo.
- 6. AME:** a unidade subutilizada e é urgente o maior aproveitamento de vagas para consultas de especialidades em âmbito regional.
- 7. Obstetrícia e UTI Neonatal:** a região está sobrecarregada e faltam leitos; é urgente a abertura de novos leitos, que podem ser alocados nas Santas Casas de Salesópolis e Mogi das Cruzes.
- 8. Hospital Luzia de Pinho Melo:** informar qual é a grade de serviços oferecidos, quais atendimentos foram desativados e estabelecer um cronograma de atendimento de consultas e cirurgias em Oncologia.
- 9. Hospital Doutor Arnaldo Pezzuti Cavalcanti:** cronograma do início das operações da Clínica de Internação de Dependência Química.
- 10. Fundação para o Remédio Popular (Furp):** acompanhamento da entrega de medicamentos na região.



Durante o segundo semestre de 2015, a Câmara Técnica de Saúde se reuniu para discutir e levantar dados sobre as principais demandas da região. A intenção do grupo é marcar um encontro com o secretário de Saúde do Estado David Uip e sua equipe técnica para propor ações e melhorias.

Com isso, os secretários pretendem, além de verificar o andamento das demandas levadas ao secretário pelo Conselho de Prefeitos, apresentar novas demandas. Em relação ao setor de nefrologia – que sofre com a falta de vagas para quem precisa de hemodiálise no Alto Tietê – será encaminhado um levantamento sobre o número de pacientes que fazem tratamento fora da região. A câmara técnica também vai sugerir que sejam destinadas vagas em Itaquaquecetuba para atender pacientes das 11 cidades.

Para o setor de ortopedia, será solicitado um recurso pontual à secretaria do Estado para que seja feito um mutirão de procedimentos ortopédicos na Santa Casa de Mogi das Cruzes para pacientes regionais. A câmara vai pedir informações sobre o setor de oncologia do Hospital Luzia de Pinho Melo, pois segundo os secretários municipais de Saúde, há pacientes oncológicos que são enviados para outros locais para receber tratamento.

Também será sugerido que o Estado documente por meio de aditivos e normas regulatórias a participação de dois membros, eleitos pelo colegiado de secretários, que obrigatoriamente participarão da definição de serviços e especialidades dos hospitais do Estado. Os secretários pretendem ainda solicitar o retorno do estudo de demanda de UTI Neonatal e mais dois mil exames laboratoriais no Hospital Luzia de Pinho Melo para atender a demanda mensal do município de Salesópolis.





Câmara Técnica de Segurança Pública

A Câmara Técnica de Segurança Pública elaborou um documento com as principais reivindicações das 11 cidades da região para apresentar ao secretário de Segurança Pública do Estado, Alexandre de Moraes, na reunião do Conselho de Prefeitos do dia 25 de junho.

O grupo de trabalho, composto por secretários municipais de Segurança e representantes da Defesa Civil e das Guardas Municipais da região, trocaram informações sobre a estrutura de cada município em relação à segurança e definiram propostas de interesse de todas as cidades.

Além de mais investimentos em infraestrutura e do aumento do efetivo das corporações, os municípios também solicitaram uma garantia de que o Governo do Estado – por meio da Secretaria de Segurança Pública e Polícias Civil e Militar – irá participar da elaboração do Plano Municipal de Segurança e do Conselho Municipal de Segurança de cada cidade.

A elaboração do plano e a formatação do conselho são etapas importantes para que os municípios criem seus Fundos Municipais de Segurança e recebam recursos do governo federal para aplicar na área.

*Coordenador: Cel. Eli Nepomuceno,
secretário de Segurança Pública de
Mogi das Cruzes*

Reuniões realizadas em 2015: 7





Demandas regionais definidas pela Câmara Técnica de Segurança Pública

1. Participação e apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-científica na implantação dos Conselhos Municipais de Segurança Pública, e consecutivamente dos Fundos Municipais de Segurança Pública e Planos Municipais de Segurança Pública;
2. Complemento no número de policiais civis e militares em todos os 11 municípios do Alto Tietê, completando os claros existentes no efetivo, conforme determina a lei, e dessa forma:
 - suprir a ausência de escrivães, investigadores e delegados, inclusive nos plantões centrais dos municípios de Suzano e Itaquaquecetuba;
 - suprir a ausência de delegados nos municípios de Salesópolis e Biritiba Mirim;
 - ampliar o atendimento nas delegacias de polícia do 1º. Distrito Policial do Jardim Caiubi no município de Itaquaquecetuba e do 2º. Distrito Policial do Boa Vista no município de Suzano.
3. Destinação do imóvel antes ocupado pela Polícia Rodoviária do Estado no distrito de Jundiapéba para a implantação do Núcleo de Segurança Pública. O núcleo irá abrigar a Companhia de Força Tática do 17º. BPM/M, o 4º. Distrito Policial de Jundiapéba e a sede da Polícia Técnico-científica do Alto Tietê;
4. Ampliação do horário de funcionamento do Posto da Polícia Militar Rodoviária na Rodovia Índio Tibiriçá, no município de Suzano, e criação de um pátio para guarda de veículos apreendidos no Alto Tietê;
5. Disponibilização de verba estadual para investimentos em câmeras de monitoramento eletrônico nos 11 municípios do Alto Tietê;
6. Cooperação das Polícias Militar e Civil em relação ao compartilhamento de informações com as Guardas Municipais, inclusive com um canal operacional com o COPOM da região, que possibilite às Guardas Municipais obterem informações sobre veículos e pessoas suspeitas.



Após a reunião com o secretário Alexandre de Moraes, a câmara técnica discutiu no segundo semestre a proposta de um projeto integrado de videomonitoramento para a região. Em novembro, o grupo de trabalho se reuniu com o subsecretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Segurança Pública do Estado, coronel Roberto Allegretti, para tratar da instalação de novas câmeras de monitoramento no Alto Tietê.

Allegretti apresentou a proposta de convênio para o compartilhamento do videomonitoramento na região, com reciprocidade de dados e imagens; a atuação conjunta das estruturas de segurança locais e estaduais e a troca de informações permanentes para planejamento do policiamento e construção de cenários de atuação. Ele explicou que a instalação de novas câmeras poderá ser realizada pelo Governo do Estado em 2016, de acordo com a disponibilidade de recursos e as necessidades apontadas pelos municípios.

Já em dezembro, o grupo de trabalho visitou o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Secretaria de Segurança Pública estadual para conhecer detalhes do Detecta, sistema inteligente de monitoramento de crimes do Governo do Estado. A tecnologia foi apresentada pelo coordenador Especial do CICC, Celso Perioli, e técnicos da secretaria estadual.

Considerado um dos sistemas de segurança mais modernos do mundo, o Detecta auxilia nos casos de investigação policial, com o cruzamento de informações, e na prevenção e no policiamento ostensivo, com o planejamento das ações. Os municípios de Guararema, Guarulhos e Mogi das Cruzes já contam com as condições operacionais e câmeras com tecnologia OCR para que o Detecta seja integrado a seus sistemas de monitoramento. A assinatura dos convênios com o Governo do Estado para que esta integração possa ser feita estava prevista para dezembro de 2015.

Dessa forma, o Detecta será integrado às câmeras OCR, de leitura das placas de veículos, permitindo a consulta das imagens captadas pelos aparelhos ao banco de dados do sistema. Já o banco de dados poderá ser utilizado pelas polícias na investigação de crimes. Para o próximo ano, está prevista a ampliação da atuação do Detecta por meio da integração com as câmeras analíticas de monitoramento, tecnologia que auxilia no monitoramento de situações pré-determinadas e no disparo de alertas.



Câmara Técnica de Habitação

Na primeira reunião da Câmara Técnica de Habitação, representantes dos municípios do Alto Tietê traçaram os principais problemas relacionados à área na região para serem avaliadas pelo Conselho de Prefeitos antes da reunião com secretário estadual Rodrigo Garcia.

Coordenadora: Chandra Vidal Costa Zadra, coordenadora de Habitação de Mogi das Cruzes

Invasões e ocupações irregulares de áreas públicas e privadas foram apontadas como o principal problema da região na área da habitação, de acordo com secretários e diretores que compõem a câmara. Ao todo, cinco questões foram elencadas. A que mais preocupa é a ocupação de áreas municipais, de unidades desocupadas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e do programa Minha Casa Minha Vida ou mesmo de áreas particulares.

Reuniões realizadas em 2015: 7

A câmara técnica também se articulou para marcar reuniões com o presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Marcos Rodrigues Penido, e com o presidente do Comitê de Regularização do programa Cidade Legal, Renato Goes.





Demandas regionais definidas pela Câmara Técnica de Habitação

- 1. Combate a invasões:** apoio da Secretaria de Habitação do Estado e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) para que interceda junto à Polícia Militar e garanta policiamento nas fiscalizações feitas nas áreas e empreendimentos do Estado. Apesar da ação constante dos municípios, a fiscalização não é suficiente para impedir novas invasões e ocupações irregulares, seja por falta de fiscais ou recursos financeiros.
- 2. Cidade Legal:** reunião com o gestor do programa Cidade Legal, para acelerar a análise dos processos de regularização fundiária nas cidades do Alto Tietê e aproximar os municípios das gerenciadoras contratadas.
- 3. Casa Paulista:** fortalecimento de dois segmentos do programa habitacional – o Lote Urbanizado e o Microcrédito Banco do Povo – para atender famílias que não se encaixam no programa Minha Casa Minha Vida ou famílias que possam ter sua residência reformada sem a necessidade de remoção.
- 4. Aluguel Social:** subsídio para o pagamento de um aluguel social para solucionar tanto o problema de migração de famílias em áreas irregulares entre municípios como o de invasões em áreas particulares. Recursos seriam destinados tanto aos municípios que não contam com lei específica de Aluguel Social como aqueles que já possuem legislação específica, mas enfrentam dificuldades orçamentárias.
- 5. Corredor Metropolitano e Rodoanel:** apoio para solucionar a regularização de famílias instaladas irregularmente em áreas onde deve passar o Corredor Metropolitano Alto Tietê – projeto da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) que atenderá Arujá, Poá, Itaquaquetuba e Ferraz de Vasconcelos – e também apresentar medidas para impedir a invasão nas áreas abaixo do Rodoanel.

Troca de experiências

Os representantes das cidades que possuem empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foram convidados a participar de cursos da Coordenadoria de Habitação de Mogi das Cruzes para capacitar suas equipes técnicas.

O treinamento tem como objetivo capacitar as equipes das prefeituras para que elas possam orientar os mutuários do PAR a implantar a gestão compartilhada, modelo em que os moradores participam da escolha da empresa administradora contratada pela Caixa Econômica Federal para cuidar dos empreendimentos.

Chandra Vidal Costa Zadra, coordenadora da câmara técnica, também deu orientações sobre o convênio que as prefeituras podem fazer com a CDHU para que os mutuários do programa sejam atendidos em sua cidade, sem a necessidade de ir até a capital para resolver problemas como transferência, quitação de débito ou solicitação de boleto.



Nos meses de agosto e setembro, os técnicos das equipes de Habitação, Planejamento Urbano, Promoção Social e Obras das prefeituras no Alto Tietê receberam o oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel, Tarcísio Wensing, que deu orientações sobre os procedimentos necessários para a regularização fundiária nos municípios.

Além de tirar dúvidas e detalhar alguns procedimentos, Wensing distribuiu aos representantes das cidades o manual “Regularização Fundiária Urbana no Estado de São Paulo”, documento que conta com um passo a passo abrangendo todo o contexto das regularizações.



A publicação, lançada em 2014 pelo Governo do Estado, pela Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo e pela Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp), foi coordenada por Renato Góes, presidente do Comitê de Regularização do programa Cidade Legal. O documento conta com modelos de laudos, memoriais descritivos, plantas topográficas e documentos cartorários com o intuito de facilitar o desenvolvimento dos processos nas prefeituras.

Em outubro, o grupo recebeu representantes da Terra Nova, empresa focada na resolução de conflitos fundiários, e conheceu o modelo voltado para a regularização de áreas particulares ocupadas já consolidadas.

Fundada em 2001 no Paraná, a empresa regulariza mais de 2,5 milhões de metros quadrados de áreas urbanas particulares nos estados do Paraná, São Paulo e Goiás. André Albuquerque, diretor presidente da Terra Nova, apresentou à câmara técnica o modelo de mediação de conflitos em áreas particulares ocupadas irregularmente, com o objetivo de promover a regularização sustentável do local, baseado em um conjunto de ações sociais, fundiárias, urbanísticas, econômicas e ambientais.

Albuquerque explicou que, por meio do modelo de intervenção desenvolvido pela Terra Nova, o proprietário do imóvel irregularmente ocupado é remunerado com o pagamento de uma indenização; os moradores conquistam, pagando prestações de acordo com sua renda familiar, o título da propriedade de seu lote; o poder público evita desapropriações e investe em infraestrutura; e o poder judiciário soluciona as demandas possessórias de forma conciliatória.

Nas últimas reuniões do ano, a Câmara Técnica discutiu o orçamento de 2016. Os secretários e diretores da área habitacional trocaram informações sobre como funciona a divisão e a aplicação dos recursos nos municípios para se prepararem para o ano que vem e debateram ainda sobre a Portaria 412/2015, referente ao manual de instruções para seleção de beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida.

Câmara Técnica de Desenvolvimento Social

Em setembro foi criada a Câmara Técnica de Desenvolvimento Social do Condemat, composta por secretários, coordenadores e técnicos da assistência social das 11 prefeituras do Alto Tietê.

Em sua primeira reunião, o grupo de trabalho definiu as prioridades regionais que foram apresentadas pelo Conselho de Prefeitos na reunião com o secretário estadual Floriano Pesaro.

Os secretários discutiram a necessidade de ampliar o aporte de recursos do Estado e que esta verba possa ser flexibilizada de acordo com as necessidades dos municípios. Também foi sugerido que a secretaria estadual financie os custos com construção de novos equipamentos da assistência social, bem como contribua financeiramente para a implantação das unidades e com o custeio dos serviços.

As cidades da região também necessitam de mais vagas dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem, de

*Coordenadora: Eliana Mangini,
secretária de Assistência Social de Mogi
das Cruzes*

Reuniões realizadas em 2015: 4



acordo com a câmara técnica. Além de solicitar o aumento das vagas, os representantes dos municípios



Desenvolvimento Social (Drads).

Em novembro, o grupo de trabalho recebeu o diretor regional de Assistência e Desenvolvimento Social da Grande São Paulo Leste, José Resende Filho, durante sua 3ª Reunião Ordinária. À frente da Drads Leste – que monitora os programas do Estado desenvolvidos nos municípios do Alto Tietê, exceto Guarulhos – desde outubro, Resende conheceu os secretários e diretores responsáveis pela aplicação das políticas públicas de assistência e também as principais necessidades das cidades na área.

Com um perfil bastante técnico, o diretor da Drads Leste propôs algumas ações para alinhar ainda mais a região em torno das políticas de assistência social, como a realização de encontros trimestrais com o grupo de trabalho. Resende e os representantes dos municípios também debateram alguns pontos das solicitações feitas ao secretário estadual Floriano Pesaro.

Já em dezembro, a câmara técnica encerrou os trabalhos do ano discutindo o pacto de aprimoramento da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Além dos representantes das secretarias municipais de assistência, participaram do encontro membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado e do Ministério do Desenvolvimento Social.

Estabelecido pela Resolução 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o pacto trata das prioridades para a gestão municipal do Suas para o quadriênio 2014-2017 e tem gerado dúvidas em relação à aferição de suas 22 metas. Para uniformizar o entendimento do pacto entre os municípios, o coordenador-geral substituto dos Serviços de Vigilância Socioassistencial do ministério, Hugo Miguel Pedro Nunes, pontuou as metas estabelecidas, explicou quais indicadores são usados e como o cálculo de cada uma é feito e tirou as principais dúvidas dos representantes das prefeituras.

Heder Souza, coordenador do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (Peti), também fez considerações sobre o pacto do ponto de vista estadual, ao lado da coordenadora de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, Marina Amadeu Batista Bragante. Ela ressaltou a intenção do governo de promover encontros entre os técnicos dos municípios e do Estado para trocar ideias e construir uma estratégia de apoio às prefeituras.

Da equipe da secretaria estadual, também participaram da reunião o diretor regional de Assistência e Desenvolvimento Social da Grande São Paulo Leste, José Resende Filho; a diretora Executiva da Escola de Desenvolvimento Social do Estado (Edesp), Maria Isabel Lopes Cunha Soares; as técnicas Adriana Scatena e Tatiane Sousa; e a coordenadora do Programa Família Paulista, sugeriram a alteração na faixa etária do Programa Renda Cidadã Idoso, para que sejam atendidas pessoas entre 60 e 65 anos, e a criação de um novo programa voltado para jovens de 13 a 15 anos.

O grupo de trabalho apontou a necessidade de debater com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado uma solução conjunta, em âmbito estadual, para as pessoas em situação de rua na região. Isso porque há um fluxo migratório grande nas cidades do Alto Tietê e a municipalidade não consegue sozinha dar conta dessa demanda.

Também foram sugeridas a unificação dos sistemas de cadastramentos dos programas da secretaria do Estado e uma garantia de discussões efetivas das políticas públicas de assistência social com as Diretorias Regionais de Assistência e Lígia Rosa de Rezende Pimenta, que entregou aos representantes dos municípios a cartilha do programa.

Câmara Técnica de Planejamento e Urbanismo



O Condemat criou em outubro a Câmara Técnica de Planejamento e Urbanismo. A proposta de constituir o grupo surgiu durante reunião do Conselho Consultivo da Sub-Região Leste da Região Metropolitana de São Paulo, realizada no mesmo mês na sede do Condemat.

Coordenador: João Francisco Chavedar, secretário de Planejamento e Urbanismo de Mogi das Cruzes

Reuniões realizadas em 2015: 3

A câmara técnica vai auxiliar na preparação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que será formulado em conjunto pela Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos do Estado de São Paulo, pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa) e pela Prefeitura de São Paulo, envolvendo os 39 municípios da região metropolitana. A tarefa para a construção do PDUI deve contar com a participação de toda a sociedade, pois o plano envolve ações que transformarão a vida dos cidadãos no futuro. Para isso, todos os planos diretores municipais terão de estar alinhados às diretrizes propostas no PDUI.

O PDUI é o instrumento legal de planejamento que vai estabelecer as diretrizes para orientar o desenvolvimento urbano e regional, bem como as bases de atuação conjunta entre Estado e municípios. Cada região metropolitana e aglomeração urbana terão de fazer o seu. Aprovado o PDUI, num prazo de três anos, como determina o Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089) sancionado em 12 de janeiro de 2015, os planos diretores deverão se adequar às novas diretrizes.

Em outubro e novembro, a câmara técnica participou do seminário "O Estatuto da Metrópole e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado" e de reuniões sobre o PDUI na Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos do Estado. Representaram o grupo de trabalho o secretário de Planejamento e Urbanismo de Mogi das Cruzes, João Francisco Chavedar, e a secretária de Assuntos Urbanos de Suzano, Carmem Lúcia Lorente.

O objetivo dos encontros foi apresentar a proposta de trabalho para a composição do PDUI, com a formalização da comissão técnica, do comitê executivo e a divisão dos grupos temáticos e grupos de trabalho, que irão discutir e apresentar propostas. A ideia é preparar um diagnóstico e um caderno de propostas preliminares, que passará por processo participativo formado pela comissão técnica e, após este trâmite,



passará por audiências públicas municipais e regionais, conselhos das cidades e conferências regionais e demandas específicas da sociedade civil.



Em seguida, a primeira proposta voltará para o comitê executivo e deverá ser aprovada pelo Conselho da Região Metropolitana de São Paulo. Após nova análise, a proposta de PDUI será validada e encaminhada ao Governo do Estado de São Paulo, que deverá encaminhar o Projeto de Lei à ATL e consequentemente à Assembleia Legislativa.



CONSELHO DE PREFEITOS

PRESIDENTE

Marco Bertaiolli
Prefeito de Mogi das Cruzes

VICE-PRESIDENTE

Pe. Gabriel Bina
Prefeito de Santa Isabel

SECRETÁRIO-GERAL

Adriano de Toledo Leite
Prefeito de Guararema

1º TESOUREIRO

Abel Larini
Prefeito de Arujá

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

Sebastião Almeida
Prefeito de Guarulhos

COMPONENTES DO CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Taino Jr.
Prefeito de Biritiba Mirim

Acir Filló

Prefeito de Ferraz de Vasconcelos

Mamoru Nakashima

Prefeito de Itaquaquecetuba

Marcos Borges

Prefeito de Poá

Benedito Rafael da Silva

Prefeito de Salesópolis

Paulo Tokuzumi

Prefeito de Suzano

SUPLENTE

José Antonio Cuco Pereira
Vice-Prefeito de Mogi das Cruzes

David Alves de Lucena
Vice-Prefeito de Santa Isabel

Luiz Alves
Vice-Prefeito de Arujá

Carlos Derman
Vice-Prefeito de Guarulhos

José Cury Andere Filho
Vice-Prefeito de Biritiba Mirim

José Izidro Neto
Vice-Prefeito de Ferraz de Vasconcelos

Ondina da Cruz
Vice-Prefeita de Itaquaquecetuba

Vanderlon Oliveira Gomes
Vice-Prefeito de Salesópolis

Viviane Domschke Galvão de Oliveira
Vice-Prefeita de Suzano

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Audrey Rodrigues
Secretário Executivo

Lícia Liberato
Assessora de Diretoria

Rodolfo Silva
Ger. de Programas e Projetos

Ludmila Santos
Assessora de Comunicação

APOIO INSITUCIONAL

André Norio Hiratsuka